



## DIFICULDADES DE RECONHECIMENTO DE CONJUNTOS INDUSTRIAIS DO SÉCULO XX COMO PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

### *RECOGNITION DIFFICULTIES OF TWENTIETH CENTURY INDUSTRIAL COMPLEXES AS HERITAGE: A CASE STUDY*

**Ana Lara Barbosa Lessa**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU), Universidade de São Paulo (USP)

[analarabr@yahoo.com.br](mailto:analarabr@yahoo.com.br)

#### **Resumo**

Este trabalho investiga as dificuldades de reconhecimento de conjuntos industriais do século XX como patrimônio, tendo como exemplo estudado o caso de preservação do antigo complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) no bairro da Água Branca, no município de São Paulo - SP. O trabalho enfatiza alguns aspectos gerais que dificultam a valorização desse tipo de bem como patrimônio. Esses aspectos concernem a características próprias de conjuntos industriais do período mencionado e a conceitos relativos ao campo do patrimônio, empregados pelos agentes envolvidos. Os aspectos elencados são analisados no caso estudado – um antigo complexo industrial, construído desde o início da segunda década do século XX até o final dos anos 1950 – que, mesmo tendo sido alvo de um processo de preservação, encontra-se quase completamente destruído. Verifica-se também de que forma o objeto foi reconhecido pelos diversos agentes envolvidos no processo de sua valorização como bem cultural. Como resultado, é contraposto o produto final do processo de preservação – do qual restaram apenas dois edifícios, três chaminés e uma locomotiva – às formas de reconhecimento e valorização cultural mobilizadas. Por fim, conclui-se que a necessidade de preservação do bem foi minada por dimensões exteriores à dimensão cultural: a econômica e a política.

**Palavras-chave:** Dificuldade de reconhecimento. Patrimônio industrial do século XX. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

#### **Abstract**

This paper analyses the difficulties of recognition of twentieth century industrial complexes as heritage. It has as an example the case of preservation of the old industrial complex of the Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), at the Água Branca neighborhood, in the city of São Paulo. The paper emphasizes some general aspects that poses some difficulties to valorize this kind of object as heritage. These aspects are related to the characteristics of industrial ensembles of this period and the concepts of heritage utilized by the agents involved. The listed aspects are analyzed in the case studied - a former industrial complex built since the beginning of the second decade of the twentieth century until the end of the 1950s - which, despite having been the subject of a preservation process, is almost completely destroyed. It is also analysed how the object was recognized by various agents that took part in the process of cultural appreciation. As a result, it compares the final product of the preservation process - only two buildings, three chimneys and a locomotive – to the forms of cultural recognition mobilized. Finally, it is concluded that economic and political dimensions was prioritized to detriment of the demand of preservation.

**Keywords:** Difficulty of recognition. Industrial heritage of twentieth century. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

## **1 INTRODUÇÃO**

Faz-se necessário compreender o processo de reconhecimento de um bem como patrimônio como um ato construído por determinados agentes sociais em um determinado período histórico. Essa desnaturalização do ato do reconhecimento cultural de bens é muito importante para a assimilação de que o valor que é conferido a um objeto não é imanente dele. São valores atribuídos por agentes. E esses valores são parametrizados por crenças, compreensões e posicionamentos; por subjetividades. Ou seja, esses valores concedidos não são isentos de parcialidade. Logo, a forma com que algum bem foi reconhecido não é a única possível. É apenas uma possibilidade.

---

<sup>1</sup> LESSA, A. L. B. Dificuldades de reconhecimento de conjuntos industriais do século XX como patrimônio: um estudo de caso. In: 11° SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL. *Anais...* Recife: DOCOMOMO\_BR, 2016. p. 1-12.



Existem bens que são mais facilmente reconhecidos, outros cuja recongnição é mais custosa. Como exemplo desse segundo caso, temos em vista a produção arquitetônica e urbanística do século XX. Algumas instituições internacionais, como o Docomomo<sup>2</sup>, o Icomos<sup>3</sup> e a Unesco<sup>4</sup> vem agindo para divulgação e proteção desse tipo de bem desde a década de 1980. Mesmo com a sólida difusão da importância do patrimônio moderno em nível internacional, apesar do aumento das discussões e ações de proteção no mundo todo, ainda existe a dificuldade de reconhecimento desses objetos.

Se existe uma dificuldade de identificação da produção arquitetônica e urbanística do século passado como elementos dotados de valor cultural, dentro desse rol existe uma categoria ainda mais incompreendida: a do patrimônio industrial. Nesse caso, desponta, à primeira vista, uma dupla dificuldade de reconhecimento – a proximidade temporal, que muitos teóricos estabelecem como um dos obstáculos de valorização do patrimônio moderno; e as características específicas do patrimônio industrial, que propõem uma apreensão diferente em relação a outros tipos de patrimônio edificado e urbano.

Para ilustrar essa reflexão, trouxemos o caso das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) do bairro da Água Branca, no município de São Paulo - SP. Esse grupo de fábricas, constituído pelo conde Francisco Matarazzo, foi um dos maiores aglomerados industriais da América Latina entre os anos 1930 e 1940, e teve um importante papel no quadro de industrialização e crescimento da cidade de São Paulo. O conjunto, estabelecido em um terreno de mais de 100 mil metros quadrados na região central da capital paulistana, passou por um processo de preservação, iniciado em 1986, mas encontra-se quase completamente destruído. Atualmente, a área tem sido alvo de transformações urbanas decorrentes de políticas públicas de desenvolvimento associadas especialmente à Operação Urbana Consorciada Água Branca (OUCAB) e às dinâmicas do mercado imobiliário da cidade de São Paulo.

## **2 CONJUNTOS INDUSTRIAIS: CARACTERÍSTICAS QUE PODEM LEVAR À DIFICULDADE DE RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO**

Bergeron (2003), em uma publicação do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO sobre identificação e documentação do Patrimônio Moderno, apresentou uma reflexão sobre a percepção e a apreciação do patrimônio industrial. O autor afirma que esse tipo de patrimônio pena por se fazer reconhecer proporcionalmente à sua importância quantitativa e pelos novos valores que traz agregados - valores relacionados ao trabalho e à fatores técnicos e produtivos. Afirma que esse tipo de bem continua sendo abordado como patrimônio arquitetônico monumental, ao passo em que o que comanda a organização e configuração desses lugares não são regras arquitetônicas, mas sim princípios de produção.

A configuração de acordo com a lógica de produção pode tornar complicada a compreensão desses ambientes industriais, principalmente quando já se perderam elementos que pudessem explicar os procedimentos de fabricação e o funcionamento dos lugares. As relações entre edifícios e espaços é dada por meio de uma ordem produtiva, não por meio de uma ordem estética. As edificações são implantadas próximas umas das outras, conectadas ou não, por razões de funcionalidade: existe uma relação lógica e objetiva entre edifícios de produção, os depósitos de material e a área de escoamento dos produtos, por exemplo; também subsiste uma vinculação coerente entre os edifícios de produção e os de apoio para funcionários (refeitórios, vestiários, enfermaria, lazer). Esse tipo de bem “[...] nos força uma mudança de olhar: sua qualidade, seu valor cultural, requerem uma apreciação de ordem técnica e marginalmente estética no sentido clássico do termo” (BERGERON, 2003, p. 20).

A conformação do conjunto industrial apresentado é a expressão física do seu modo de produção:

---

<sup>2</sup> Comitê Internacional para a Documentação e Conservação dos Monumentos e Sítios do Movimento Moderno.

<sup>3</sup> Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios.

<sup>4</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.



trata-se do modelo de concentração vertical, a partir do qual uma mesma empresa promove a fabricação de seus artigos de maneira integrada, da matéria-prima ao produto final acabado. Esse método envolve o controle da matéria-prima e dos insumos: o refugo da produção de uma fábrica é o material indispensável para a outra.

Temos a explicação desse método em um exemplo de produção dos próprios Matarazzo, de uma tecelagem situada na região do Brás, na capital paulista: “A [tecelagem] Mariangela produzia não apenas sacos, mas também tecidos para vestuário, e tinha nos fundos da tecelagem uma fábrica de óleo de caroço de algodão, dentro da concepção de intenso aproveitamento da matéria-prima” (LIMA, 1982, p.28). Essa unidade têxtil surgiu da necessidade de produção de sacos para embalar a farinha produzida no Moinho Matarazzo. No início, a produção da sacaria era realizada no próprio moinho; contudo, com o aumento das vendas, a seção de sacaria foi transformada na Fiação e Tecelagem Mariangela (LIMA, 1982, p. 27).

Quadro 1 – Fábricas das IRFM e suas localizações no ano de 1925

Localização	Estabelecimentos em 1925
<b>Fora da Água Branca</b>	FÁBRICA DE TECIDOS “MARIANGELA”
	OFFICINAS MECHANICAS
	VISCOSEDA SÃO CAETANO (S.P.R.)
	FÁBRICA DE LICORES
	DEPÓSITO E MOAGEM DE SAL “MOOCA”
	MOINHO DE TRIGO ANTONIA PARANÁ
	SOC. PAULISTA DE NAVEGAÇÃO MATARAZZO
	FECULARIA CAÇAPAVA (E.F.C.B.)
	SECÇÃO CINEMATOGRAFICA
	TRAPICHE PARANAGUÁ
	FRIGORÍFICO DE JAGUARIAHYVA
	DESTILAÇÃO ALCATRÃO E DERIVADOS
	ENGENHO DE ARROZ IGUAPE
	REFINAÇÃO DE ASSUCAR ANTONINA
	CASA BANCARIA
	DEPÓSITO E MOAGEM DE SAL MAUÁ (S.P.R.)
	SULFORETO DE CARBONO
	FUNDIÇÃO MATARAZZO
	AMIDERIA BELENZINHO
	FÁBRICA DE TECIDOS E ESTAMPARIA BELENZINHO
ENGENHO DE ARROZ SÃO PAULO (MASSAS ALIMENTÍCIAS SÃO PAULO e MOINHO DE TRIGO)	
<b>IRFM Água Branca</b>	SABÕES
	PREGOS
	DESTILARIA DE ÁLCOOL
	ALMOXARIFADO CENTRAL
	REFINAÇÃO DE SAL
	DEPÓSITO FRIGORÍFICO (ADUBOS E INSETICIDAS)
	OFFICINA CARPINTARIA FÁBRICA DE CARROÇAS (TINTAS E VERNIZES e AGENTES DA FÁBRICA DE LOUÇAS 8ª CATHARINA)
	LABORATÓRIO CENTRAL (ARMAZENS GERAES)
	SERRARIA
	SABONETES E PERFUMARIAS
	VELAS GLYCERINA OLEINA
	REFINAÇÃO ASSUCAR
	ÓLEOS VEGETAIS

Fonte: LIMA, Jorge da Cunha. Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações, 1982, p. 52.



A partir desta forma de atuação, o grupo Matarazzo fundou núcleos de fábricas dos mais variados produtos pelo país, construiu hidrelétricas e ferrovias para servirem à produção, um grupo de navegação, além de filiais no exterior. O núcleo industrial na Água Branca era, contudo, o mais importante: se configurou como o auge da expansão em integração vertical das IRFM, reunindo diversas unidades de produção interligadas. O *Quadro 1* mostra a importância desse conjunto cinco anos após o início de sua formação. Esse complexo industrial se expandiu até finais da década de 1950.

Francisco Matarazzo, o fundador da empresa, comprou o terreno dos proprietários da antiga Companhia Antártica de Bebidas, próximo ao córrego Água Branca, estrategicamente localizado ao lado dos trilhos de duas companhias de caminhos de ferro – Inglesa e Sorocabana. Para este terreno foram transferidos os conjuntos de São Caetano (fábricas de sabão, glicerina, pregos, oleína, velas e estearina), a refinaria de açúcar da Mooca e a fábrica de óleo de caroço de algodão, antes anexada à Tecelagem Mariangela, no Brás. Adicionadas a essas atividades, foram instaladas a fábrica de carrocerias, a marcenaria, a serraria, a carpintaria, a caixotaria e o setor de transportes. Em dois anos, foram implantadas ainda as fábricas de giz, graxa e soda cáustica, e a destilaria de álcool, formando o que era chamado de “Parque Industrial da Água Branca”. Para promover a distribuição dos produtos desse complexo de fábricas, o Conde Matarazzo instalou um ramal ferroviário interno ao terreno (LIM Todas essas fábricas foram estabelecidas neste terreno de mais de 100.000m<sup>2</sup>, na Água Branca, formando um conjunto industrial de escala superior à arquitetônica: em escala urbana. Retomando Bergeron, a percepção desse tipo de bem a partir da escala do edifício também não consegue explicar a configuração de ordem urbana que foi estabelecida.

Rufinoni (2013), em sua obra que trata de intervenções em sítios históricos industriais, analisa os desafios de preservação do patrimônio industrial – na fase após o reconhecimento – e uma de suas reflexões é que um dos obstáculos de execução de intervenções pautadas no campo do restauro, nesses locais, é justamente a falta de compreensão das especificidades desse tipo de bem. Ela aponta para essa característica de disposição em grandes áreas, e a importância de considerar os objetos como um conjunto:

Eventualmente, uma única edificação industrial isolada pode representar valores excepcionais, mas, em muitos casos [...], trata-se de uma rede de edifícios, [...] cuja avaliação e preservação não farão sentido se todos os elementos que compõem esse cenário não forem analisados como um conjunto, como um patrimônio urbano (RUFINONI, 2013, p.192).

Rufinoni afirma que a avaliação e a preservação desses edifícios não faz sentido se eles forem considerados individualmente, apenas se cada elemento do todo for analisado como parte do conjunto. Esses sistemas muitas vezes delimitam a configuração de uma paisagem característica nos bairros onde se encontram. Para a autora, essa questão é de essencial importância, e a preservação de edifícios isolados não surte efeito quando se trata de preservação da paisagem.

A importância e a relevância cultural dos sítios industriais estão diretamente relacionadas à apreensão dessas especificidades, ao entendimento das qualidades materiais, espaciais, compositivas, sociais, memoriais, que concorrem para a configuração de tal cenário – em síntese, os elementos que definem a ‘personalidade’ de uma dada região, como diria Cossons (RUFINONI, 2013, p.193).

Ainda que murados, esses conjuntos representam importantes marcos na paisagem local. Conforme a figura 1, as chaminés do conjunto das IRFM se configuravam como os elementos mais verticalizados da paisagem do bairro.



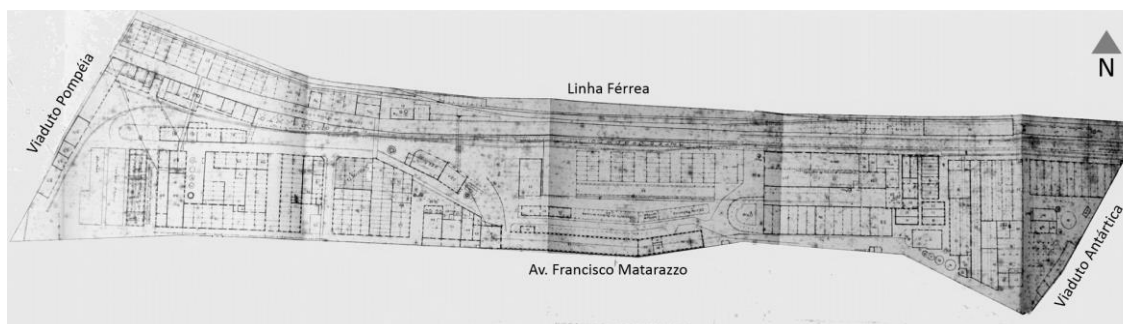
Figura 1 – Vista do conjunto das IRFM na Água Branca



Fonte:

<https://www.facebook.com/industriasmatarazzo/photos/a.1511494102399656.1073741828.1511490179066715/1528423490706717/?type=1&theater>. Acesso em: jan. 2016.

Figura 2 – Implantação do conjunto das IRFM na Água Branca no ano de 1941



Fonte: LESSA, A. L. B. Imagem produzida a partir do mapa de implantação do Processo 2006-0.230.400-4, da Divisão do Arquivo Municipal de Processos.

Como reflexo da organização produtiva, o aglomerado foi concebido fechado em si, voltado para a linha férrea e para as áreas de carregamento e descarregamento dos produtos. A existência de muros de fechamento ao longo de todo o perímetro faz com que a relação que esse conjunto trava com a cidade se parecesse muito com a configuração urbana das novas territorialidades habitacionais, como condomínios fechados, por exemplo. Por motivos de produção, a linha férrea, que hoje é um elemento urbano que costuma ser desprezado, tinha maior relevância do que a avenida Francisco Matarazzo, uma das mais importantes vias da área. Visto que passava um ramal ferroviário dentro do terreno, alguns edifícios ligavam-se por meio de passarelas, que transpunham a linha férrea.

Outra característica importante que deve ser destacada é a presença de edifícios de datas diferentes, por se tratar de núcleos industriais que se desenvolveram com o tempo, conglomerando unidades de produção. Devido a diferença de períodos de construção e especificidades de programa, essas construções acabam tendo tipologias diferentes. Ainda assim, mesmo diferentes, a estética das edificações mostra-se habitualmente simplificada, em consonância com ideias de economia e funcionalidade da nova mentalidade construtiva da época.



Os edifícios do complexo datam de cerca de 1920 até finais da década de 1950. A partir da década de 1960, teve início o desmonte e venda das propriedades (MARCOVITCH, 2006, p.111; p. 116). Os edifícios mais antigos, do período do início da ocupação (Figura 3), se caracterizam por uma linguagem tipicamente industrial, que Correia caracteriza como uma estética

[...] fundamentada em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade. Tais noções se expressam ora em uma simplificação ou ausência de ornatos, ora no uso de ornatos cujos temas remetem ao mundo das máquinas, ou mesmo, às vezes, no distanciamento ou abandono de signos arquitetônicos tipológicos consagrados, enquanto, em outros exemplos, expressam-se no emprego de materiais – como o tijolo aparente e o ferro – produzidos industrialmente e que se difundiram, sobretudo, a partir da arquitetura de fábricas (CORREIA, 2011, p. 27).

Figura 3 – Arquitetura industrial típica da década de 1920. Vista interna do conjunto das IRMF na Água Branca.



Fonte: Processo de tombamento CONDEPHAAT n° 24.263/85, folha 99.

Figura 4 – Vista do conjunto IRMF na Água Branca.



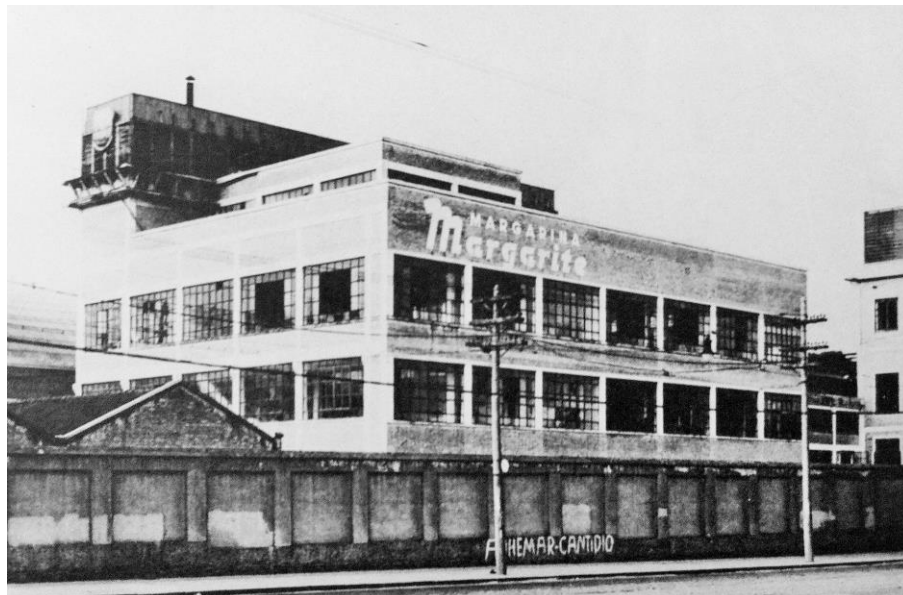
Fonte: Matarazzo 100 anos, LIMA, 1982, p. 41.

Os edifícios dos períodos seguintes se caracterizam por portarem feições mais retilíneas, grandes



aberturas envidraçadas, estrutura em concreto armado, cobertura em telhado de quatro águas e platibanda, ou em shed (Figura 4). Na figura 5, observa-se o prédio da fábrica de Margarina, cuja construção se deu em 1947.

Figura 5 – Fábrica de Margarina Margaritha, de 1947.



Fonte: Matarazzo 100 anos, LIMA, 1982, p. 126.

Figura 6 – Vista do conjunto das IRMF na Água Branca.



Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uma-sao-paulo-industrial,1776765>. Acesso em: ago. 2015.

Geralmente, esses conjuntos industriais foram erigidos em áreas outrora baratas e, portanto,



afastadas das regiões centrais. Com o crescimento das cidades, essas áreas amplas tornaram-se bem localizadas e bem servidas de infraestrutura, o que as contempla com um alto valor imobiliário atualmente. De acordo com Ruffini, existe a tendência de notá-las como grandes “reservas potenciais de terreno urbano ocioso, degradado e de baixo custo” (RUFFINI, 2013, p.15), um atrativo eficaz para os setores empenhados na produção e transformação da cidade. Segundo a autora, além do mercado imobiliário, o poder público também possui interesse na potencialidade econômica dessas áreas, com o propósito de elaboração de grandes projetos urbanos.

O terreno das IRFM se situa em uma área nobre da cidade (zona oeste), região central de São Paulo. É uma área muito bem servida pelo transporte público - bem próxima do terminal intermodal Barra Funda, que reúne transporte rodoviário e ferroviário, e servida por um corredor de ônibus na Avenida Francisco Matarazzo, uma das ruas que fazem limite com a antiga área das IRFM. O terreno tem sido alvo de transformações urbanas decorrentes de políticas públicas de desenvolvimento associadas especialmente à Operação Urbana Consorciada Água Branca (OUCAB) e às dinâmicas do mercado imobiliário da cidade de São Paulo.

### 3 VALORES E CONCEITOS

Os valores dados a um determinado bem são influenciados pelas noções que o agente (que também pode ser coletivo) possui do que é patrimônio, do que seria um bem digno de ser preservado para as próximas gerações. Ainda que o conceito de patrimônio tenha se ampliado – e isso se reflete na elaboração de documentos e diretrizes que regem o setor da preservação e do restauro e nas discussões acadêmicas, a dimensão prática dos órgãos de patrimônio e os setores leigos da sociedade nem sempre acompanham essas mudanças.

Verifica-se uma ampliação conceitual relacionada ao patrimônio, que antes se restringia a monumentos históricos isolados e atualmente é percebido de maneira mais abrangente, abarcando ambientes urbanos inteiros e parte do território, e considerando inclusive as dimensões ambiental e da memória social. Além da ampliação tipológica - o tipo de objeto a ser preservado é mais variado, houve também uma ampliação temporal do que deveria ser considerado como bem cultural, digno de proteção. O limite temporal de preservação se dilatou, se estendendo até períodos mais recentes. A partir dessa dilatação, a produção moderna passou a ser levada em conta, acompanhada pelo crescimento do interesse pela salvaguarda dos testemunhos da produção industrial.

Os vestígios do desenvolvimento industrial passaram a ser efetivamente considerados como bem cultural a partir da década de 1950, na Inglaterra, a partir do conceito de “arqueologia industrial”, que faz alusão à identificação, estudo e preservação dessa modalidade. O novo campo ganhou mais força a partir da década de 1960, no contexto em que conjuntos industriais representativos da história da industrialização inglesa foram demolidos. A partir de então, a noção de patrimônio industrial se fortaleceu, tendo sido disseminada por vários países (KUHLE, 2008).

Décadas depois dessa ampliação conceitual, ainda persistem dificuldades de percepção da herança industrial, relacionadas também a conceitos de patrimônio, além das qualidades específicas de núcleos produtivos, já abordadas no item anterior. Esse tipo de bem ainda é incompreendido, e tem sua valorização prejudicada por isso. Nos parágrafos abaixo trazemos uma reflexão acerca de distorções e incompreensões conceituais, que também influenciam a atribuição de valores a esse tipo de objeto.

Nos casos de conjuntos industriais do século XX, observa-se uma interferência no ato de reconhecimento devido à proximidade temporal em relação ao presente. Essa interferência não ocorre de maneira exclusiva em relação ao patrimônio industrial - é recorrente na valorização de outros tipos de bens do século XX. Persiste uma dificuldade de distanciamento crítico, visto que a sociedade se percebe no mesmo tempo histórico em que o objeto fora construído:

[...] em termos culturais, ainda não ocorreram processos sociais de sedimentação, com tempos históricos suficientemente longos, para enraizar a ideia de que essa arquitetura é um patrimônio cultural e como tal merece ser conservada para as futuras gerações (ZANCHETTI; HIDAHA, 2014, p. 3).





Por serem próximos temporalmente e sofrerem com essa precariedade de reconhecimento, são os que mais correm riscos de destruição.

Verifica-se também, dentro do quadro industrial do século XX, uma tendência de reconhecimento mais fácil pela sociedade de edificações industriais relacionadas aos grandes nomes do movimento moderno, ou então aquelas mais antigas, de arquitetura fabril de influência inglesa, de tijolos à vista, do início do século. Os edifícios de arquitetura racionalista, de linhas simples e retilíneas, que utilizavam as técnicas e materiais de seu tempo, mas que não eram de autoria de grandes nomes do quadro modernista nem foram construídas nas primeiras décadas dos 1900, tendem a ser considerados “velhos”, e são mais dificilmente valorizados. Como exemplo dessa amostra, temos o edifício da fábrica de margarina Margarite, da figura 5. Os edifícios da figura 3 tendem a ser mais facilmente valorizados em relação a esse primeiro.

A noção de originalidade, por vezes, fica restrita a ideia da configuração de quando o bem fora construído. Dessa forma, figura ainda o entendimento de que se o objeto sofre alterações, não seria digno de proteção. Essa ideia não respeita o princípio de historicidade dos bens, que podem acumular a materialização de diversas camadas de tempo.

Apesar da ampliação do conceito de patrimônio em relação a tipos, escala e datas, a ideia de patrimônio como monumento isolado, grandioso e excepcional ainda persiste. Mesmo que os conjuntos industriais se configurem em escala urbana e se organizem de acordo com as regras de produção, conforme tratado no subitem anterior, a aproximação desses aglomerados a partir da noção de patrimônio arquitetônico, monumental e isolado, ainda ocorre. Como consequência, a partir dessa visão, dificilmente é considerada sua importância paisagística, essencial para a configuração da paisagem de setores da cidade que ainda possuem identidade industrial. Por falta de compreensão de suas características, a partir desse ponto de vista, núcleos industriais dificilmente chegam a ser considerados patrimônio, o que afeta sua preservação e pode ocasionar em perdas mais significativas do que o conjunto de danos que já tivemos até hoje.

#### 4 FORMAS DE RECONHECIMENTO

As IRFM permaneceram em funcionamento até 1983, ano em que entraram em concordata. A partir desse ano, os edifícios foram quase completamente esvaziados e abandonados. Em 1985, foi solicitada a abertura do processo de tombamento do conjunto industrial pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH). O processo de tombamento das IRFM foi aberto em 1985 e recebeu alterações até 2002. Esse processo foi objeto de inúmeros embates entre as partes envolvidas, e resultou na demolição quase total do complexo industrial: resistiram apenas o edifício que abrigava as caldeiras, as três chaminés, e a antiga residência do engenheiro técnico responsável pelo funcionamento do núcleo. O terreno foi loteado, e hoje abriga várias torres, de serviços e de habitação<sup>5</sup> (Figura 7).

---

<sup>5</sup> Para compreensão mais detalhada do desenvolvimento do processo de tombamento das IRFM da Água Branca, consultar LESSA, A. L. B. O lugar do patrimônio industrial na cidade contemporânea - atores, valores e embates: a trajetória das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca. Revista CPC, [S.l.], n. 19, p. 109-135, jun. 2015. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90817/97600>>. Acesso em: 07 dez. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p109-135>.

Algumas das fontes primárias utilizadas: processos do CONDEPHAAT no 24.263/85 e no 24.622/86.



Figura 7 – Vista da Casa das Caldeiras atualmente



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=987415&page=285>. Acesso em: jun. 2015.

#### 4.1 Reconhecimento pelos proprietários

Os proprietários do conjunto industrial foram contra o tombamento do imóvel desde o momento da abertura do processo administrativo. Nessa época, tinham a intenção de demolir a maior parte dos edifícios e construir um empreendimento no terreno, com o lucro do qual pretendiam saldar as dívidas da empresa. Propuseram preservar apenas o prédio das caldeiras, que se comprometeram a transformar em museu institucional.

Contra a proteção oficial do bem, os proprietários argumentaram que o objeto não teria valor histórico, cultural e paisagístico, defendendo que aquele núcleo não teria sido o marco inicial da empresa, além de que teria passado por diversas reformas e modificações (PROCESSO CONDEPHAAT 24.622/86, 1986, p. 6) e que não tinha razão de ser preservado. Essa forma de reconhecimento retrata muito bem as reflexões dos itens que abordam as dificuldades de valorização de conjuntos industriais devido à falta de compreensão de suas especificidades, e a conceitos conservadores em relação ao patrimônio. Essa postura conceitual que originou esse modo de reconhecimento pode ter sido, inclusive, mobilizada com o objetivo de proteção dos interesses dos proprietários.

#### 4.2 Reconhecimento pelo órgão de preservação

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão estadual de preservação do patrimônio cultural do estado de São Paulo, foi o responsável pelo processo de preservação do bem. Ao contrário dos proprietários, o órgão reconheceu a importância histórica, cultural e paisagística do conjunto, enfatizando sua importância para a paisagem local e como conjunto urbano.

Contudo, frente a situação de falência iminente da empresa, em abril de 1986, o órgão propôs uma decisão conciliatória: uma alternativa de preservação que permitiria a construção do empreendimento desejado pelos proprietários, diante da impossibilidade de preservar o complexo completo. O Condephaat teria definido a conservação daqueles exemplares mais representativos e que ainda mantivessem a noção de conjunto, baseada na real possibilidade de compatibilidade entre salvaguarda, uso social e rendimentos econômicos do bem. De acordo com essa decisão, o órgão



determinou a preservação de edifícios próximos uns dos outros, para que, pelo menos em algumas partes, continuasse a noção de conjunto, ainda que fragmentado e, entre os selecionados, optou por manter aqueles de tijolos à vista, que foram implantados primeiro. Diante dessa proposta, os proprietários teriam que readaptar o projeto do empreendimento, promovendo a reutilização de alguns dos edifícios.

### 4.3 A decisão final

O Secretário estadual de Cultura é responsável por homologar a decisão de tombamento do CONDEPHAAT. Ao passar pelo então Secretário, Jorge da Cunha Lima, para a aprovação final, a decisão do Conselho foi modificada. A decisão oficial, estabelecida pela Resolução nº14, de 5 de junho de 1986, retirou do tombamento parcial todos os 15 edifícios que haviam sido elegidos anteriormente; adicionou à preservação integral mais dois edifícios, além dos bens que estavam escolhidos para tal nível de preservação; e classificou 25 edifícios como dotados de interesse científico, histórico e cultural, que poderiam ser ocasionalmente demolidos, mediante “levantamento documental procedido pelo empreendedor, sob a orientação do Condephaat” (SÃO PAULO, 1986). Assim, a resolução protegeu apenas 5 edifícios (de um total de 18, da versão anterior), as chaminés e as locomotivas, e ainda deu margem à demolição do restante dos edifícios, sem a necessidade de aprovação de projeto de demolição e acompanhamento do registro documental pelo órgão.

Em ofício anterior à publicação da Resolução de tombamento, o Secretário afirmou que parte do conjunto (eram dois edifícios) já teria sofrido intervenção que seria resultado de um processo de desapropriação que estaria sendo executado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (metrô); certificou que a configuração dos edifícios dentro do terreno seria complexa e complicaria a reutilização dos espaços entre os prédios e que, por isso, desaconselhava a proteção de todos os bens; assegurou que a revitalização de todo o conjunto não poderia ser realizada nem pela empresa nem pelo poder público, que não teria capital para desapropriar a área nem para “revitalizar” os edifícios, concluindo que haveria a possibilidade concreta de proteção de apenas parte dos elementos que o Conselho havia selecionado, que seria aquela proposta pela própria empresa, ou seja, a de transformar o edifício das caldeiras em museu (PROCESSO CONDEPHAAT 24.263/85, 1986, pp. 146-147).

Em resumo: o Secretário modificou a resolução, e coincidentemente retirou do tombamento vários edifícios que estariam no local de implantação do empreendimento que a empresa pretendia construir para saldar suas dívidas. De acordo com o Secretário, em entrevista concedida à Folha de São Paulo, ele teria considerado não apenas o aspecto cultural, mas também a situação econômica do Grupo Matarazzo. “Decidimos preservar apenas o essencial e liberar o resto da área para que a empresa utilize como quiser, acertando sua vida com o Banco do Brasil” (BARBOSA; OLIVEIRA, 1986, p. 15).

## 5 CONCLUSÕES

Diante de todas as considerações aqui colocadas, cabe mais uma reflexão – na verdade, uma denúncia: mesmo que o órgão de preservação esteja alinhado com os conceitos mais atuais do campo do patrimônio e do restauro, pode existir - e no geral existem - muitos conflitos, principalmente em relação aos proprietários das áreas de interesse e em relação aos agentes do mercado imobiliário, que pressionam cada vez mais os órgãos de preservação no sentido de serem mais permissivos em relação aos limites de atuação e aproveitamento dos bens.

Diante da crescente força desses agentes, essa situação nos encaminha cada vez mais para uma postura de conciliação dos órgãos públicos, em busca da salvaguarda do possível, tendo em vista sua fragilidade política. Não são raros os casos de manobras políticas, demolições criminosas, e o não



cumprimento da proteção dos bens a partir da omissão de sua manutenção, com o intuito de deixá-los em situação de abandono e destruição natural.

Portanto, além das dificuldades de compreensão dos conjuntos industriais como uma modalidade específica, dotada de características próprias, e de concepções não compatíveis com os mais recentes conceitos estabelecidos nos documentos e cartas internacionais, existe o desafio de lidar com essas dimensões externas ao campo da cultura – a política e a econômica. Esses fatores, em conjunto, dificultam o reconhecimento e, logo, a preservação, de muitos exemplares importantes de arquitetura industrial do século XX.

### AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Telma de Barros Correia, orientadora da pesquisa de mestrado desenvolvida no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP), que deu origem a este artigo;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), órgão financiador da pesquisa (Fapesp – Processo 2014/08600-0).

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Neusa; OLIVEIRA, Cláudio. **Matarazzo consegue evitar tombamento para pagar dívida**. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 ago. 1986. Folha Cidades, p. 15.

BERGERON, Louis. L'impact de la modernisation économique et le patrimoine industriel. In: **Identification and Documentation of Modern Heritage**. UNESCO World Heritage Centre, 2003.

CORREIA, Telma de Barros. Ornato e despojamento no mundo fabril. **Anais do Museu Paulista**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 11-80, jun. 2011. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5542/7072>>. Acesso em Jun. 2014

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problema Teóricos de Restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LIMA, Jorge da Cunha. **Matarazzo**: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações, 1982.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e Empreendedores**: A Saga do Desenvolvimento no Brasil, v.1, 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano**. São Paulo, Unifesp-Edusp-FAPESP, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Resolução nº14, de 5 de junho de 1986. Autoriza o tombamento dos edifícios que especifica. **Diário Oficial do Estado**, 6 de junho de 1986, p. 22.

ZANCHETI, S; HIDAKA, L. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Texto para discussão n. 57. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59-textos-para-discussao/666-texto-para-discussao-v-57.html>. Consulta em Janeiro de 2016.

PROCESSO CONDEPHAAT 24.622/86.

PROCESSO CONDEPHAAT 24.263/85.